
REPRESENTAÇÕES KALANKÓ:

metodologias e fontes para o estudo dos indígenas do Alto Sertão de Alagoas

KALANKÓ REPRESENTATIONS:

methodologies and sources for the study of the indigenous people of Alto Sertão de Alagoas

Vinícius Alves de Mendonça¹
Pedro Abelardo de Santana²

Resumo: Os indígenas Kalankó são um dos grupos étnicos existentes na região sertaneja do estado de Alagoas. Formaram-se entre os séculos XIX e XX por meio de diversas migrações protagonizados por índios vindos de Pernambuco em razão de perseguições e violências de terceiros. O silêncio foi uma das características presentes nesse processo e nos anos posteriores, até a década de 1980, quando gradualmente iniciaram uma organização interna na busca do reconhecimento pelo Estado. Os registros que permitem a escrita da história do grupo e o narrar de seu passado provêm de fontes variadas (orais, escritas e materiais), exploradas nesta produção. Desse modo, optamos por uma metodologia embasada na pesquisa documental, segundo os parâmetros da Micro-História, na perspectiva de Ginzburg (2007), e a revisão bibliográfica no âmbito da Nova História Cultural, descrita por Pesavento (2007). Enquanto resultado analisaremos diferentes indícios históricos sobre os Kalankó e aspectos metodológicos relacionados.

Palavras-chave: Operação historiográfica. História indígena. Teoria.

Abstract: The Kalankó indigenous people are one of the ethnic groups existing in the sertaneja region of the state of Alagoas. They were formed between the 19th and 20th centuries through various migrations led by Indians coming from Pernambuco due to persecution and third-party violence. Silence was one of the characteristics present in this process and in the following years, until the 1980s, when they gradually began an internal organization in the search for recognition by the State. The records that allow the writing of the group's history and the narration of its past come from varied sources (oral, written and material), explored in this production. Thus, we opted for a methodology based on documentary research, according to the parameters of Micro-History, in the perspective of Ginzburg (2007), and the bibliographical review in the scope of New Cultural History, described by Pesavento (2007). As a result, we will analyze different historical evidence about the Kalankó and related methodological aspects.

Keywords: Historiographical operation. Indigenous history. Theory.

Considerações iniciais

Os indígenas Kalankó compõem um dos grupos étnicos localizados no Alto Sertão de Alagoas. Sua formação histórica é marcada por diversas migrações de índios Pakararu – ou

¹ Graduado em História pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). Atualmente é professor de História na Secretaria de Estado da Educação de Alagoas (SEDUC/AL), mestrando em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas (PPGH/UFAL) e pesquisador associado ao Grupo de Pesquisa em História Indígena de Alagoas (GPHIAL). E-mail: viniciusalvesmendonca@hotmail.com.

² Doutor em História social pela universidade federal da Bahia (UFBA). Professor adjunto da Universidade federal de Alagoas (UFAL), onde leciona na Graduação em História e no programa de Pós-Graduação (PPGH). E-mail: Pedro.santana@delmiro.ufal.br

Pankararu – vindos do antigo Aldeamento de Brejo dos Padres³ durante os séculos XIX e XX (ARRUTI, 1996). Apesar da narrativa dos ancestrais de Pernambuco, apenas na década de 1980 o grupo étnico passou gradualmente a se organizar⁴, buscando o reconhecimento pelos órgãos oficiais do Estado brasileiro. Após reivindicações e a aparição em 1998, caracterizada pela “Grande Festa do Ressurgimento”⁵ (AMORIM, 2017), assumiram o etnônimo Kalankó e foram reconhecidos no ano de 2003⁶.

Contudo, diversos aspectos da história dos indígenas permanecem desconhecidos ao público em geral devido aos poucos registros escritos. As informações apresentadas se devem, principalmente, às narrativas orais embasadas pelas memórias coletivas e individuais, difundidas por meio de múltiplas formas de representação. Desse modo, buscamos problematizar as diferentes metodologias possíveis ao estudo dos indícios – fontes históricas – disponíveis sobre os Kalankó, buscando uma perspectiva interdisciplinar no campo da Nova História Cultural (PESAVENTO, 2006; RYAN, 1996).

As reflexões apresentadas ao longo do trabalho se encontram permeadas pelos interesses comuns à História voltada às culturas e suas construções históricas (PESAVENTO, 2006). Essas teoricamente embasadas por autores como Pesavento (2006), Burke (2008) e Chartier (2002), responsáveis por conceitos utilizados, sobretudo o de “Representação”. As informações vinculadas aos Kalankó provêm dos arquivos do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas (GPHIAL)⁷ e do Armazém Memória: um resgate coletivo da história⁸, bem como do acervo pessoal formado ao longo das atividades de pesquisa entre os indígenas do Alto Sertão de Alagoas, iniciadas no ano de 2017. Metodologicamente, além da revisão bibliográfica, os preceitos de Oliveira (1996) sobre a pesquisa de campo e de Ginzburg (2007)

³ Aldeamento criado entre os séculos XVIII e XIX para reunir índios de diversas regiões de Pernambuco, Alagoas e Bahia com a finalidade de catequese. Dados precisos sobre sua origem e desenvolvimento são escassos, sendo as referências oriundas dos registros de religiosos, cronistas e viajantes (ARRUTI, 1996).

⁴ A organização e a posterior aparição romperam o silêncio predominante até então. O silêncio era tanto uma violência imposta quanto uma ferramenta de sobrevivência, pois ocultar a identidade correspondia a evitar as perseguições (PEIXOTO, 2018).

⁵ Evento público ocorrido entre os Kalankó no ano de 1998, contou com a presença de outros povos indígenas, não indígenas da região e representantes de organizações/instituições civis e governamentais. Naquele ano, assumiram o etnônimo Kalankó e se apresentaram ao público enquanto grupo étnico organizado na busca pelo reconhecimento.

⁶ Ver: Relatório antropológico de identificação do grupo Kalankó (AL). São Paulo: Fundação Nacional do Índio – FUNAI, 2003. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/relatorio-antropologico-de-identificacao-etnica-do-grupo-kalanco-al> Acesso em 10 de março de 2019.

⁷ Grupo de pesquisas sediado no *Campus III* da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). Seus membros promovem diversas pesquisas junto aos povos indígenas de Alagoas, estando vinculados a programas de pós-graduação de universidades das regiões Nordeste e Sudeste. Coordenado pelo professor José Adelson Lopes Peixoto, mantém importante acervo histórico e etnográfico de populações como os Kalankó.

⁸ Projeto coordenado por Marcelo Zelic, democratiza o acesso a diversos acervos sobre os povos indígenas do Brasil e outras temáticas. Disponível em: <https://armazemmemoria.com.br/>.

acerca da interpretação dos documentos foram norteadores de uma historiografia interdisciplinar atenta às diferentes realidades dos indivíduos.

Historiografias e estudos sobre a temática indígena

Diversos pesquisadores têm se dedicado ao campo de estudos sobre os “índios do Nordeste”, formado por populações inteiras, em diversos casos consideradas “emergentes”⁹ e resultado de um longo contato com colonizadores, iniciado ainda no período colonial. O povo Kalankó se insere nesse contexto à medida que tem sua trajetória abordada em pesquisas nas ciências humanas e sociais, sobretudo na Antropologia. Desse modo, consideramos o crescimento do número de estudos desdobramento não apenas das mobilizações indígenas, mas de pesquisas difundidas por autores como João Pacheco de Oliveira e sua “etnologia dos ‘índios misturados’”, uma crítica ao “lugar” destinado aos indígenas do Nordeste em uma Antropologia tradicional¹⁰, que não os considerou objeto de especial interesse (OLIVEIRA, 2004).

Desse modo, o cenário “tradicional” parece ter parcialmente se alterado. Na atualidade, há interesses em diferentes características dos povos indígenas, analisadas a partir de fontes e metodologias variadas, especialmente a pesquisa de campo de base etnográfica. Enquanto exemplos, citam-se as pesquisas de Herbetta (2006; 2011) e sua investigação da musicalidade e cultura Kalankó; Peixoto (2018) e as características religiosas dos Jiripankó, de Pariconha; Arruti (1996) e a formação histórica os Pankararu de Brejo dos Padres; Amorim (2017) e o reconhecimento dos povos indígenas no Alto Sertão, além de outras que compõem um conjunto de leituras comuns aos que se interessam pelos indígenas de Alagoas. Notadamente, esses autores fazem parte de um eixo específico que não comporta todos os povos do Nordeste, contudo exemplificam uma tendência: o amplo espaço da Antropologia e suas metodologias.

⁹ Denominação atribuída aos povos indígenas durante os anos 1980 com o intuito de caracterizar uma certa semelhança entre as diferentes populações que antes inexistiam nos registros oficiais dos órgãos de Estado. O conceito de Emergência étnica contribuiu significativamente para o movimento, embora haja críticas. Por exemplo, ao invés de emergentes, parte do movimento indígena defende o conceito de “resistência”. Para mais detalhes ver: Amorim (2017).

¹⁰ A Antropologia considerada tradicional se preocupava sobretudo com as características culturais. Dedicava-se apenas aos “índios puros”, da região Norte e Centro-Oeste. No Nordeste, argumentava-se a inexistência de indígenas devido à colonização intensa e o processo de mistura, que teria eliminado características como o fenótipo, os idiomas e a organização social. Autores como João Pacheco de Oliveira e John Manuel Monteiro opuseram-se a tal interpretação e intensificaram novos estudos.

Longe de afirmar uma exclusividade antropológica na análise da história Kalankó e de outras populações, entendemos os avanços da disciplina ante as dinâmicas próprias da História. Nesse sentido, o caso dos indígenas de Água Branca é sintomático de uma condição comum: o reduzido quantitativo de documentos escritos, algo que dificulta perspectivas de interpretação tradicionais¹¹. Fazemos alusão, pois, à discussão sobre

[...] problemas relacionados à metodologia e às fontes. Problemas, aliás, comuns a outros objetos da história, tais como, por exemplo, a cultura popular, as vivências dos segmentos “marginais” das populações urbanas e rurais etc. A ausência ou escassez de documentos diretamente produzidos pelos camponeses, pelos artesãos, pelos operários, pelas mulheres, pelos homossexuais, enfim, pelos setores dominados ou marginalizados nas diferentes sociedades, coloca-se como primeiro obstáculo ao historiador (ENGEL, 1997, p. 443).

Os indígenas se enquadram nos “segmentos marginais” em razão dos lugares sociais que historicamente foram condicionados a ocupar. Ao longo de grande parte do século XX, os Kalankó não foram um grupo étnico organizado ou registado pelos órgãos oficiais, seja o antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), seja sua substituta, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Inexistiam nos arquivos, sendo apenas “caboclos”¹² que habitavam a zona rural de Água Branca. Por isso o número reduzido de documentos escritos é notável, semelhante aos demais grupos descritos por Engel (1997), cujas condições podem se caracterizar obstáculos ao historiador, uma vez que causam interferências nas escolhas metodológicas.

Todavia, a autora alerta para a necessidade de, parafraseando Carlo Ginzburg, não abdicar das tentativas de pesquisa, pois o fato de a fonte não ser objetiva não implica sua inutilidade (ENGEL, 1997). Sugere a busca de outros subsídios aos estudos, mesmo que indiretos. Nessa categoria, enquadram-se informações cartoriais e documentos produzidos pelos “dominantes” – no caso Kalankó, não indígenas do município de Água Branca e representantes da FUNAI, por exemplo. No entanto, apesar da existência dos registros indiretos, estes seriam suficientes para a escrita da história daquela população?

A pergunta parece ser o “gargalo” das reflexões do historiador, uma vez que traz “à tona” duas problemáticas. A primeira é considerar a fonte suficiente e a segunda, quais outras buscar. As respostas variam, bem como não são objetivas. Não nos compete o julgamento da

¹¹ Não pretendemos opor a História considerada tradicional, de moldes políticos e em certo grau positivista, a uma de aspectos “modernos”. Em caminho contrário, reconhecemos as contribuições anteriores para a historiografia. O tradicional se explica no sentido de definir metodologias de pesquisa que excluía outras formas de documentos que não os registros escritos. Tendências positivistas principalmente, apesar das contribuições à historiografia (MARTINS; CALDAS, 2013).

¹² Definição genérica que englobava os sujeitos com características culturais distintas consideradas exóticas pela sociedade. Cânticos e rituais religiosos eram objeto de discriminação e de classificação dos “caboclos”, uma categoria politicamente construída que os opunha aos “índios puros” e dificultava os processos de reconhecimento oficial e acesso a direitos (SILVA, 2017).

suficiência da fonte, afinal, independentemente de sua condição, demanda questionamentos – semelhante à História problema de Bloch (2002). Sobre quais outras fontes buscar, talvez a Nova História Cultural (PESAVENTO, 2007) e metodologias como a História Oral tenham avançado na discussão.

A Antropologia a mais tempo encontrou “saídas”, ainda que em contextos distintos, para o estudo daqueles que não possuem variados registros escritos sobre si. Destacam-se as contribuições de Bronislaw Malinowsky, Franz Boas, Clifford Geertz e outros precursores do que se converteu na pesquisa de campo, cujos defensores o Brasil possui exemplos como Roberto Cardoso de Oliveira e seu “Olhar, ouvir e escrever” (OLIVEIRA 1996). Na História, a Nova História Cultural interessada nos cotidianos, nas relações sociais, nos sujeitos “esquecidos” ampliou o conceito de documento, formando historiadores sensíveis ao simbolismo, à retórica, aos detalhes (BURKE, 2008; PESAVENTO, 2007).

A História Oral, entendida para além de mera técnica, também contribui quando permite o acesso a uma pluralidade de memórias e perspectivas do passado (ALBERTI, 2004), marginalizadas semelhantemente às dos Kalankó sobre a violência antes do reconhecimento¹³. Ambos os âmbitos de pesquisa têm se consolidado com reconhecidos expoentes nacionais como Sandra Jatahy Pesavento e Verena Alberti, além das contribuições de associações como a Associação Brasileira de História Oral (ABHO) e a Associação Nacional de História (ANPUH).

Nos estudos relacionados aos Kalankó, a História Oral se fez presente junto à Pesquisa de Campo, conforme se constata nas metodologias adotadas por Herbetta (2006; 2011)¹⁴. A escolha metodológica do autor ocorreu não apenas devido aos paradigmas da Antropologia, mas pelo interesse em “[...] compreender o que é uma identidade indígena, da perspectiva indígena do processo” (HERBETTA, 2011, p. 10), o que demandou a necessidade de ouvir os sujeitos, considerá-los protagonistas. A questão central da discussão proposta sobre as fontes se relaciona aos lugares da Nova História Cultural, da História – enquanto campo científico – e dos historiadores diante dos indígenas do Nordeste. Afinal, o protagonismo destes, “invisíveis” por tantas décadas, faz parte dos movimentos sociais, que colocam em “xeque” formas tradicionais da produção historiográfica.

¹³ Período durante os anos 1980, quando se intensificaram as discriminações, os preconceitos e outras violências relacionadas às características culturais dos indígenas. Fazendeiros e latifundiários foram os principais protagonistas da violência ao perseguirem os Kalankó (HERBETTA, 2013).

¹⁴ Apesar de não fazerem referência explícita à História Oral, os autores citados e outros se utilizam das entrevistas realizadas com indígenas enquanto fontes de pesquisa. Fazem uso, por exemplo, de entrevistas semiestruturadas, recurso comum aos preceitos de autores como Alberti (2004).

As representações e a realidade histórica Kalankó

Quando fazemos referência à História tradicional, apesar das limitações do conceito que tende a enquadrar determinados recortes da disciplina em uma condição “antiquada”, buscamos ampliar o entendimento das condições próprias a períodos da História e a forma como novos sujeitos se encontram além dos “muros” teóricos e metodológicos da historiografia produzida prioritariamente com documentos escritos e sobre os grandes eventos. Assim, distante de uma suposta simples oposição ao passado, a Nova História Cultural é entendida no sentido de dar

[...] a ver uma nova forma de a História trabalhar a cultura. Não se trata de fazer uma História do Pensamento ou de uma História Intelectual, ou ainda mesmo de pensar uma História da Cultura nos velhos moldes, a estudar as grandes correntes de ideias e seus nomes mais expressivos. Trata-se, antes de tudo, de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo (PESAVENTO, 2007, p. 8-9).

Entre os Kalankó – exemplos dos indivíduos “fora dos muros” e que demandam novas metodologias de pesquisa para a escrita da sua história –, a cultura se converte em múltiplas formas de representação, compartilhadas entre os sujeitos desde a infância. Costumam explicar sua trajetória através dos costumes e tradições, em especial dos símbolos (HERBETTA, 2011). Por exemplo, quando fazem referência à narrativa do “calango”, pequeno réptil utilizado na alimentação durante os anos de perseguição antes do reconhecimento e que se assemelha aos demais lagartos da região sertaneja. A imagem do animal ou a alusão a ele são formas de explicar questões históricas entre aquela população, conforme exposto na fotografia a seguir.

Fotografia 01 - Pintura corporal Kalankó - 2017



Fonte: Acervo do GPHIAL
Autor: José Adelson Lopes Peixoto

Produzida durante uma das atividades de pesquisa do GPHIAL, a fotografia apresenta uma das pinturas corporais Kalankó. No tronco do indígena, encontra-se desenhado o calango de forma customizada, uma representação comumente observada em atividades públicas. A imagem do pequeno animal se converteu, portanto, em uma explicação parcial daquela realidade, uma pintura associada

[...] a uma dieta alimentar exclusiva outrora adotada pelos caboclos da Januária em tempos difíceis e que tinha o calango da caatinga como item principal. Este recurso foi um importante elemento de diferenciação frente aos vizinhos não-índios que, diante da atitude transgressora de comer um animal rastejante, produziam a imagem dos caboclos a partir de estigmas como “índios podres” ou “comedores de calango”, sinais que depois vieram a ser transformados em emblemas de identidade com a reversão dos valores negativos a eles agregados¹⁵.

Durante os anos 1980¹⁶, devido ao clima semiárido e às dificuldades de subsistência, era necessário o uso do réptil como alimento, algo que diferenciava os “caboclos da gangorra” – como eram conhecidos dos Kalankó antes de assumirem o etnônimo – dos demais habitantes de Água Branca. Afirmativas pejorativas se disseminavam nos discursos dos não indígenas, sobretudo quando associavam os costumes do grupo a religiões afro-brasileiras, popularmente consideradas “macumba”¹⁷. Contudo, na década de 1990, as características ligadas aos “índios podres” ou aos “comedores de calango”, conforme destaca o antropólogo Ugo Maia de Andrade¹⁸, foram expostos pelos indígenas enquanto símbolos da identidade.

Ou seja, os Kalankó protagonizaram um novo posicionamento histórico e político. Alguns pesquisadores denominam essa alteração “emergência étnica” ou “etnogênese” (OLIVEIRA, 2004), o que os classificou como um dos “povos emergentes” – embora esta definição seja, de certo modo, criticada por setores do movimento indígena, que defendem uma concepção de “resistência”. Desde então, continuaram a realizar mobilizações nas aldeias e em espaços públicos. A imagem do calango, exposta na fotografia 01, é uma representação por meio da qual se tornam inteligíveis e conferem sentido ao seu espaço social e experiência

¹⁵ Relatório antropológico de identificação do grupo Kalankó (AL). São Paulo: Fundação Nacional do Índio – FUNAI, 2003. p. 29. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/relatorio-antropologico-de-identificacao-etnica-do-grupo-kalanco-al> Acesso em 10 de março de 2019.

¹⁶ Violências se fizeram presentes na realidade Kalankó mesmo antes da década de 1980. No entanto, escolhemos aqueles anos enquanto recorte inicial da narrativa histórica em razão do processo de organização interno entre os Kalankó e outras populações do Alto Sertão de Alagoas. No período, intensificaram-se as reivindicações, inicialmente protagonizadas pelos Jiripankó e depois pelos “parentes” de Água Branca.

¹⁷ Termo pejorativo utilizado para desqualificar as diversas religiões de matriz afro-brasileira presentes na diversidade cultural brasileira. Comum entre a população de Água Branca, era também associado aos indígenas.

¹⁸ Antropólogo responsável pelo Relatório Antropológico de identificação étnica do grupo Kalankó, produzido no ano de 2002, após reivindicações dos indígenas e o Contrato de consultoria 22/2002, vinculado à FUNAI.

histórica, trata-se de um esquema intelectual graças ao qual o presente adquire sentido para aquela população (CHARTIER, 2002).

A definição de Roger Chartier se faz necessária à medida engloba um dos principais enfoques da Nova História Cultural: as representações. Ao realizar o levantamento de fontes para a escrita da história Kalankó, o historiador precisa atentar-se às representações, uma vez que são historicamente construídas e “[...], embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam” (CHARTIER, 2002, p. 17). Ou seja, o uso da pintura corporal do calango ou a rememoração das dificuldades são ações voluntárias dos sujeitos, conscientes do lugar social que ocupam.

Esse processo de se autorepresentar não se restringe aos Kalankó, pois aparece entre outras populações de Alagoas. Por exemplo, os Karuazu, do município de Pariconha, também o fizeram quando

Em agosto de 1998 deu entrada na sede da Administração Executiva Regional da FUNAI em Alagoas (AER Maceió) um pedido de lideranças dos grupos de identidade indígena autodenominados Kalancó e Karuazú reclamando o envio de um antropólogo às suas áreas a fim de proceder aos trabalhos técnicos necessários de identificação étnica (processo n. 0736/1998). Este seria o início de uma série de engajamentos que viria, por fim, culminar na instituição do contrato de consultoria n. 22/2002 que estabeleceu minha contratação para a realização dos referidos trabalhos junto aos Kalancó e aos Karuazú. O documento firmado com a FUNAI estipulava como objeto final a apresentação de “dois relatórios circunstanciados de identificação étnica, sendo um do grupo Karuazú e outro dos Kalancó” (clausula 1ª) e estabelecia como função dos relatórios “subsidiar a FUNAI nas decisões oficiais quanto aos pleitos de reconhecimento de identidade daqueles povos, formalizados no processo n. 0736/1998/FUNAI, de conformidade com a proposta de trabalho apresentada pelo antropólogo, que passa a fazer parte integrante deste instrumento”¹⁹

A mobilização das lideranças foi indispensável, sendo registrada por meio da memória e de reportagens jornalísticas. Até o reconhecimento, poucos se interessavam pela condição dos indígenas de Água Branca ou Pariconha. O Conselho Indigenista Missionário (CIMI), vinculado à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e exemplo da recorrente presença da Igreja Católica Romana nas aldeias, era uma das organizações a registrar e apoiar as reivindicações, especialmente no final da década de 1990. As fotografias

¹⁹ Relatório antropológico de identificação do grupo Kalankó (AL). São Paulo: Fundação Nacional do Índio – FUNAI, 2003. p. 5. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/relatorio-antropologico-de-identificacao-etnica-do-grupo-kalanco-al> Acesso em 10 de março de 2019.

presentes na edição nº 214 do Jornal “O Porantim”²⁰ revelam informações importantes daquele contexto entre os Karuazu e os Kalankó.

Fotografia 02 – “Pequeno índio comanda dança do Toré” - 1999



Fonte: Hemeroteca indígena. Arquivo do Armazém memória: Centro de Referência Virtual

Fotografia 03 – Praiás Karuazu - 1999



Fonte: Hemeroteca indígena. Arquivo do Armazém memória: Centro de Referência Virtual.

Produzidos em uma das aldeias Karuazu, os registros revelam práticas culturais comuns àquelas populações, já que o evento foi realizado “Com o apoio de lideranças indígenas, como o cacique Geripankó, Genésio Miranda, e Antônio Ferreira e Antônio Francisco, cacique e pajé dos Kalankó, respectivamente, os Karuazu promoveram grande festa na aldeia Kazumba”²¹. Na fotografia 02, nota-se a pintura corporal realizada com a argila esbanquiçada conhecida como Toá²² (MENDONÇA, 2021) e na fotografia 03, os Praiás, principais representações religiosas dos povos indígenas do Alto Sertão (PEIXOTO, 2018). A reportagem finaliza ao descrever o abandono vigente naquele momento, de modo que

[...] nem tudo é festa na aldeia Kazumba. ‘Eles são completamente abandonados pelo poder público. A Funai é totalmente omissa em relação aos índios da região. A situação é de miséria total’, denuncia a vereadora do município de Água Branca, Fátima Cavalcante. Ela lembra que fato semelhante ocorreu, em julho do ano passado, quando o povo Kalankó, de Água Branca, e que passa pelas mesmas

²⁰ Periódico mantido pelo CIMI, era um difusor de notícias sobre os povos indígenas do Brasil, especialmente os do Nordeste. Criado em 1979, continua em circulação no tempo presente. Suas edições compõem o acervo do Armazém Memória: Centro de Referência Virtual, um dos arquivos da pesquisa.

²¹ “Um novo grupo indígena surge nos sertões de Alagoas”. In: Jornal Porantim. Brasília, maio de 1999, p. 9. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemeroindio&pagfis=2999> Acesso em 19/01/2022.

²² Pintura corporal comum entre os povos indígenas do Alto Sertão de Alagoas. Possui importantes significados religiosos, sendo ressignificada ao longo das décadas. Ver: Mendonça (2021).

dificuldades, procurou ajuda para ser reconhecido como índio. ‘Foi um grande impacto na sociedade local, mas depois todos aceitaram e os ajudaram’, lembra²³

Enquanto parte dos poucos registros escritos sobre a experiência Kalankó e dos demais povos “aparentados”²⁴, a reportagem expõe detalhes do contexto e a forma que os elementos tradicionais se converteram em testemunhos materiais e imateriais da experiência e legitimidade das identidades (AMORIM, 2017). Através da História Oral, as dificuldades, os conflitos e as experiências retratadas se tornam mais inteligíveis, pois se acessam as “entrelinhas” das diferentes perspectivas sobre a história local, em especial a indígena. Realiza-se, assim, um exercício de redução da escala de análise para compreender pormenores das mobilizações a partir da experiência Kalankó. São exemplos desse processo os significados das pinturas corporais, como o do calango, ou os “bastidores” do reconhecimento, marcados pelas táticas de sobrevivência – como as viagens rituais²⁵ ou o uso das representações. Informações estas oriunda da perspectiva indígena do processo.

Ferramentas dessemelhantes, interpretações e instituição histórica

Com a discussão apresentada, buscamos ampliar o conceito de documento em uma defesa das representações na escrita da história. Há, nessa proposta, uma aproximação com a História patrimonial e a História da arte, âmbitos cujos historiadores costumemente lidam com bens materiais e imateriais dotados de algum valor simbólico (FUNARI; PELEGRINI, 2006). Indo além, entendemos as representações enquanto construções complexas no campo da cultura. No levantamento de fontes, elementos como as pinturas corporais, as narrativas orais, as vestes rituais e os lugares de memória oferecem informações relevantes, por isso pesquisadores demonstram interesse no cotidiano dos Kalankó e de outras comunidades²⁶, escolha metodológica responsável pela compreensão de sistemas simbólicos interétnicos (OLIVEIRA, 1996).

²³ “Um novo grupo indígena surge nos sertões de Alagoas”. In: Jornal Porantim. Brasília, maio de 1999, p. 10. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemeroindio&pagfis=2999> Acesso em 19/01/2022.

²⁴ Devido à proximidade geográfica e à formação histórica comum relacionada ao antigo aldeamento de Brejo dos Padres, os povos indígenas do Alto Sertão se afirmam “parentes”, bem como estendem essa denominação a outros povos indígenas do Brasil. Não se aplicam laços de parentesco especificamente, embora existam em alguns casos.

²⁵ Migrações ao sertão de Pernambuco para a realização de rituais no aldeamento de Brejo dos Padres. Ocorriam sob diversas circunstâncias, em especial as da violência e discriminação, por isso eram realizadas “às escondidas” (ARRUTI, 1996).

²⁶ Entre a maioria das monografias, dissertações e teses produzidas sobre os povos indígenas do Sertão de Alagoas, há a semelhança metodológica da pesquisa de campo marcada pela estada nas aldeias para realização de entrevistas, fotografias e coleta de informações.

Quando fazemos referência à pesquisa de campo, mais recorrente na Antropologia do que na História, certamente dificultamos a separação entre as metodologias próprias de cada campo do conhecimento. Bloch (2002), em “Apologia da História ou o ofício do historiador”, alude ao que considera ser característica impar da História:

[...] só é feita recorrendo-se a uma multiplicidade de documentos e, por conseguinte, de técnicas: ‘poucas ciências, creio, são obrigadas a usar, simultaneamente, tantas ferramentas dessemelhantes. É que os fatos humanos são, em relação a todos os outros, complexos’ (BLOCH, 2002, p. 27).

Desse modo, o historiador interessado nos Kalankó precisa apropriar-se de múltiplas ferramentas, ainda que dessemelhantes, para realizar seu ofício, o que caracteriza a interdisciplinaridade. Jornais e outros documentos escritos são relevantes à medida que apresentam perspectivas externas sobre o processo de reconhecimento do grupo, todavia possuem limitações quanto às informações. Estas podem ser encontradas em outras fontes obtidas através de metodologias de disciplinas como a Antropologia.

Sendo os fatos humanos complexos, as representações assumem múltiplas formas com a semelhança de comunicar informações variadas. Analisando a parada ou desfile cívico enquanto gênero característico da vida pública norte americana no século XIX, Ryan (1992) contribui à discussão das representações por considerar que

Os procedimentos adequados à análise de tais documentos talvez fossem comparáveis aos da análise literária, pois, em sua suscetibilidade a múltiplas interpretações, a parada assemelha-se a um texto. Mas a parada é um texto especial, intrincadamente emaranhado em seu contexto histórico e social (RYAN, 1992, p.178).

A parada, uma apresentação pública, assume a forma de texto intimamente ligado a um determinado contexto histórico e social. A mesma condição se aplica às representações Kalankó, construídas em meio a Caatinga sertaneja e indissociáveis da formação histórica do grupo. A “leitura” delas ocorre na pesquisa de campo e sobretudo por meio da História Oral, utilizada quando o pesquisador se dedica às compreensões locais. Portanto, o que se propõe não é apenas um exercício iconológico, no sentido de Erwin Panofsky e sua análise das artes visuais, mas “[...] levar em conta a relação de entrevista, as intenções do entrevistado e as opiniões de outras fontes (inclusive entrevistas). Antes de tudo, é preciso saber ‘ouvir contar’: apurar o ouvido e reconhecer esses fatos, que muitas vezes podem passar despercebidos” (ALBERTI, 2004, p. 10).

Quando atentos às narrativas sobre as dificuldades da década de 1980, ao reconhecimento étnico ou ao significado das práticas culturais, exercitamos o ouvir, que

permite a compreensão de informações por vezes despercebidas, e o olhar, construído pelo aparato disciplinar que nos é comum (OLIVEIRA, 1996). Assim, a pintura corporal, por exemplo, passa a ser analisada tanto na contraposição entre a sua forma e o seu significado/mensagem (PANOFSKY, 2007), quanto na perspectiva do contexto histórico e social a que está vinculada, permitindo o registro do seu significado interétnico.

Contudo, esse exaustivo exercício de relacionar contexto, significados e representações ainda não possui tamanho espaço quanto a análise documental. Parece haver certa resistência de alguns historiadores a compreender as representações no sentido amplo e encará-las como históricas e fontes para a escrita. O uso das ferramentas dessemelhantes busca reduzir as fronteiras metodológicas entre História e Antropologia não no sentido de eliminar as particularidades, e sim de potencializar o acesso a informações relevantes, um exercício de discussão sob influência da instituição histórica de cada campo (CERTEAU, 1982).

Nesse sentido, o historiador desenvolve importante papel social e é pela sociedade influenciado em diferentes níveis, todavia seu discurso é sobretudo vinculado ao que Certeau (1982) denomina instituição histórica, que

[...] se multiplica sob a forma de subgrupos ou escolas. Daí a persistência do gesto que circunscreve uma “doutrina” graças a um “assento institucional”. A instituição social (uma sociedade de estudos de...) permanece a condição de uma linguagem científica (a revista ou o Boletim, continuação e equivalente das correspondências de antigamente). Desde os “Observateurs de l’homme” do século XVIII, até a criação da Vie section de l’École pratique des hautes études, pela École des Annales (1947), passando pelas faculdades do século XIX, cada “disciplina” mantém sua ambivalência de ser a lei de um grupo e a lei de uma pesquisa científica (CERTEAU, 1982, p. 60).

A discussão presente nesta produção circula no que o autor define “linguagem científica” e está associada a “lei de uma pesquisa científica”, duas características que legitimam um exercício historiográfico. A ausência dos autores, das metodologias ou das discussões próprias à História tende a desqualificar a escrita, pois o autor esbarra nas ambivalências da disciplina. Buscamos, assim, ampliar o conceito de documento e a interdisciplinaridade, mantendo determinados elementos dessa instituição e alterando outros para evitar distanciamentos da realidade social. A Nova História Cultural intensificou esse processo iniciado pelos *Annales* e autores de meados do século XX.

A Micro-História italiana, modelo que tem inspirado novos historiadores a reduzir a “escala de análise”, protagonizou a ampliação de determinados aspectos da instituição ao interessar-se pelos sujeitos e grupos “irrelevantes” à história tradicional. Carlo Ginzburg,

Geovanni Levi e outros inovaram ao assumir uma historiografia não eurocêntrica preocupada em “[...] analisar de perto uma documentação circunscrita, ligada a um indivíduo desconhecido, a não ser por ela” (GINZBURG, 2007, p. 263), algo que aumentou a compressão dos sistemas de crenças, de valores e de representações, conforme descreveu Chartier (2002).

Os italianos, ressalvadas as diferenças de contexto, são exemplos de um processo semelhante ao realizado pelas pesquisas sobre os indígenas no Nordeste no tempo presente. Estudos de autores interessados na interdisciplinaridade, nos trabalhos de campo ou na História Oral protagonizam uma redução do nível de análise sobre os sujeitos. Consideram as representações – culturais, religiosas, políticas e sociais – objetos de pesquisa. Desse modo, não é incomum encontramos pouca bibliografia sobre os Kalankó, pois se trata de um tema “novo”, para alguns “decolonial” uma vez que demanda um discurso humanizado e sensível aos sujeitos, especialmente preocupado com as perspectivas locais acerca da própria história (SMITH, 2018).

Escrever a história do grupo étnico em questão, independente do campo disciplinar da pesquisa, caracteriza um desafio metodológico ao pesquisador, que não conseguirá organizar uma narrativa coesa e próxima à experiência Kalankó sem o contato com o grupo e o uso da História Oral, uma das principais ferramentas de apreensão dos aspectos relacionados às memórias coletivas e individuais. Além disso, conforme destacamos, não pode negligenciar as diferentes representações, fontes importantes de informações.

Considerações finais

Pretendemos descrever diferentes fontes e metodologias para a escrita da história Kalankó ensaiando uma perspectiva interdisciplinar no campo da Nova História cultural. Lançar questões sobre as relações entre História e disciplinas com maior espaço nas pesquisas sobre os indígenas do Nordeste, a exemplo da Antropologia, foi um dos objetivos desta produção organizada a partir das experiências de estudo junto aos povos do Alto Sertão de Alagoas. As representações, entendidas na perspectiva de Chartier (2002), configuram-se fontes para a escrita da história à medida que entendemos a sua dimensão ampla e as ligações que estabelecem com o contexto histórico e social. Não podemos negligenciá-las, assemelham-se a “[...] indícios que se colocam no lugar do acontecido, que se substituem a ele. São, por assim dizer, representações do acontecido, e que o historiador visualiza como fontes ou documentos para sua pesquisa (PESAVENTO, 2007, p. 32).

Assim, a pintura corporal, as memórias expressas através da oralidade, os gestos, os lugares e as outras características constantemente comunicam informações, cabendo ao historiador atentar-se aos detalhes, decifrar códigos, ouvir os sujeitos e suas concepções. Com isso, pode, além de classificar diferentes formas de representação, escrever uma História sensível ao cotidiano, evitando distanciar-se do meio social. Na operação, os documentos escritos não devem ser negligenciados e sim organizados de modo a compor a narrativa historiográfica junto a fontes variadas.

Metodologias como a História Oral e a Pesquisa de Campo, quando combinadas a outras formas de análise – por exemplo, o paradigma indiciário da Micro-História –, potencializam o acesso às representações e à perspectiva local. Trata-se de um trabalho com ferramentas dessemelhantes, o que evita a “[...] ilusão de certos eruditos: ‘imaginar que a cada problema histórico corresponde um tipo de documento, específico para esse uso’. A história só é feita recorrendo-se a uma multiplicidade de documentos” (BLOCH, 2002, p. 27). Assim, Bloch (2002) expõe sua perspectiva interdisciplinar, apropriada nesta produção para problematizar questões históricas e metodológicas relacionadas aos indígenas do Nordeste, em especial os Kalankó, interesse de nossas pesquisas.

Referências

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

AMORIM, Siloé Soares de. **Resistência e ressurgência indígena no Alto Sertão alagoano**. Maceió: IPHAN-AL, 2017.

ARRUTI, José Maurício Paiva Andion. **O reencantamento do mundo**: trama histórica e arranjos territoriais Pankararu. 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A História cultural entre práticas e representações**. 2ª ed. Lisboa: DIFEL, 2002.

ENGEL, Magali. História e sexualidade. *In*: CARDODO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 430-450.

MENDONÇA, Vinícius Alves. Representações Kalankó: metodologias e fontes para o estudo dos indígenas do Alto Sertão de Alagoas. **Revista de estudos Indígenas de Alagoas – Campiô**. Palmeira dos Índios, v.2, n.1, p. 34-48. 2023.

FUNARI, Pedro Paulo Funari; PELEGRINI, Sandra C.A.. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HERBETTA, Alexandre Ferraz. **“A idioma” dos índios Kalankó – uma etnografia da música no Alto Sertão alagoano**. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

HERBETTA, Alexandre Ferraz. **Peles braiadas: modos de ser Kalankó**. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

MARTINS, Estevão; CALDAS, Pedro. Leopold von Ranke (1795-1886). *In*: BENTIVOGLIO, Júlio; LOPES, Marcos Antônio (Orgs.). **A constituição da História como ciência: de Ranke a Braudel**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 17-44.

MENDONÇA, Vinícius Alves de. **Corpos pintados e memórias compartilhadas: História e pintura corporal entre os indígenas Jiripankó – Alagoas**. 2021. Monografia (Curso de Licenciatura em História) – Universidade Estadual de Alagoas, Palmeira dos Índios, 2021.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *In*: OLIVEIRA, João Pacheco de. **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro. 2ª ed. Contra capa Livraria/ LACED, 2004. p. 13-42.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo: Universidade de São Paulo, v. 39, n. 1, p. 13-37.

PANOFSKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Minha identidade é meu costume: religião e pertencimento entre os indígenas Jiripankó – Alagoas**. 2018. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2018.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo horizonte: Autêntica, 2007.

RYAN, Mary. A parada norte-americana: representações da ordem social do século XIX. *In*: HUNT, Lynn (Org.). **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 177-210.

SILVA, Edson. Xukuru: **memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988**. 2ª ed. Recife: Editora UFPE, 2017.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas**. Curitiba: Ed. UFPR, 2018.